



SESSÃO COORDENADA 03 - TEORIA DA HISTÓRIA
COORDENADORES: OSMAR LUIZ DA SILVA FILHO & MARIA LUCINETE FORTUNATO

A CIDADE DOS HOMENS: CONSIDERAÇÕES SOBRE A IDEIA DE HISTÓRIA EM SANTO AGOSTINHO

Pedro Henrique Dantas Monteiro¹
Orientador: Valter Ferreira Rodrigues²

RESUMO

Ao aceitar que os filósofos são indivíduos históricos e que os mesmos compartilham as realidades históricas e sociais do seu tempo, logo se pode afirmar que suas concepções filosóficas também tomam partido deste fato e que tais apreensões não podem ser a-históricas. Neste sentido, até os mais transcendentais e metafísicos dos pensadores, respondem em suas ideias as possíveis potencialidades e limitações do seu tempo. Tendo ciência da importância de tal fato, pretende-se com este trabalho de caráter teórico-reflexivo, proporcionar algumas considerações a respeito da importância e da relevância da ideia de história contida nas abordagens de Santo Agostinho (354 – 430). Proporcionando, assim, um momento de compreensão, análise e reflexão das contribuições e relevância de tal concepção histórica, cunhada por parte de um filósofo que reúne pensamento filosófico e realidade histórica em suas reflexões. Para tanto, será usado como fonte para esta análise as obras agostinianas “A Cidade de Deus” (2014) e “Confissões” (1980), por conterem em si a forma mais expressiva do pensamento histórico de Agostinho. Como aporte teórico-metodológico se utilizará Vaz (2009), Collingwood (2001), Reis (2011) e outros.

PALAVRAS-CHAVE: Ideia. História. Agostinho.

¹ Graduando no curso de licenciatura plena em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Centro de Formação de Professores (CFP) Cajazeiras – PB.

² Professor da Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores; Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Mestre em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Bacharel em Filosofia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE).

INTRODUÇÃO

Historiadores mais empiristas tendem a desconsiderar análises de natureza teórico- reflexivas, relegando à História um caráter puramente empírica e positivista. Esta prática empobrece o potencial analítico, crítico e reflexivo da ciência em questão, pois ao desconsiderar o aprofundamento e as apreensões das formas de pensamento histórico ao longo do tempo, apagam a própria característica histórica da historiografia. Uma vez que, o próprio processo de mudança histórica traz consigo sempre o novo, deve-se considerar que este novo vem com a conservação do germe das apreensões anteriores, já que esta nova forma de pensar não vem do nada. Assim, refletir sobre as ideias de história ao longo do tempo é refletir, de certo modo, a realidade histórica atual, já que a mesma traz em si as marcas do seu percurso.

Tendo ciência da importância de tal fato, pretende-se, com este trabalho de caráter teórico reflexivo, proporcionar algumas considerações a respeito da importância e da relevância da ideia de história contida nas abordagens de Santo Agostinho (354 – 430). Proporcionando, assim, um momento de compreensão, análise e reflexão das contribuições e relevância de tal concepção histórica cunhada por parte de um dos maiores filósofos da história do pensamento ocidental. Buscando, desta forma, compreender esta ideia de história, em meio à realidade do seu tempo, evitando anacronismos que, de maneira bastante clara, persiste em apreensões que dispensam este elemento de suas análises.

O método empregado para execução deste trabalho baseia-se na leitura, análise e reflexão das fontes de caráter bibliográfico, referentes, as obras agostinianas “A Cidade de Deus” (2014) e “Confissões” (1980). Para tanto, esta leitura, análise e reflexão, foi dividido em dois momentos, cada um com objetivos particulares para uma maior eficácia na conclusão do objetivo geral da pesquisa. No primeiro momento, foram realizadas leituras de caráter científica e técnica das duas obras em particular, com o objetivo de apropriar-se dos conceitos, da linguagem, dos métodos e dos objetivos das obras em questão. No segundo momento se efetuou uma reflexão dos resultados que foram identificados no procedimento anterior, com a finalidade de efetuar um segundo pensamento de caráter reflexivo do conteúdo das obras, ou um *filosofar*³, sobre a ideia de história agostiniana.

³ Este conceito define a própria atitude filosófica, que repousa no ato de pensar, problematizar, criticar e analisar a realidade nas mais variadas perspectivas. Sendo desta forma, a própria capacidade de gerar

Neste sentido, para um desenvolvimento mais amplo da discussão, serão abordadas, de início, algumas reflexões sobre a situação histórica a qual Agostinho viveu e desenvolveu sua ideia de história. Logo, acredita-se aqui que Agostinho não apenas compartilhou as condições que seu tempo lhe impunha, como também os apresentou e desenvolveu em sua ideia de história, reunindo assim seu pensamento filosófico e sua realidade histórica, dando-lhe, portanto, a característica de representante da consciência histórica do seu tempo.

Outro fator que se torna um tanto interessante, e em certa medida, detém um papel importante para compreensão de seu pensamento histórico, revelando-se como uma contribuição importante, repousa na sua concepção de homem e de tempo. Ambas reúnem os potenciais e jogo lógico que desenvolverão o lugar da história no pensamento de Agostinho, como também revelarão as contribuições e heranças das apreensões anteriores à sua, que foram conservadas e mudadas sob a influência das novas concepções que o cristianismo e sua nova visão de mundo traziam consigo. Por último, será reunido todo o desenvolvimento antes apresentado, com o intuito de proporcionar a análise da ideia de história em Santo Agostinho como um percurso temporal que busca nos ensinar algo.

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A SITUAÇÃO HISTÓRICA

Ao aceitar que os filósofos são indivíduos históricos, e que os mesmos compartilham as realidades históricas e sociais do seu tempo, logo se pode afirmar que suas concepções filosóficas também tomam partido deste fato, e que tais apreensões não podem ser a-históricas. Neste sentido, até os mais transcendentais e metafísicos dos pensadores respondem em suas ideias as possíveis potencialidades e limitações do seu tempo. Deste modo, cabe aqui uma reflexão sobre a situação da realidade histórico-social a qual viveu o bispo de Hipona, com o intuito de viabilizar uma maior compreensão das suas ideias. Para que desse modo torne-se possível considerar Agostinho como um dos maiores representantes da consciência histórica⁴ do seu tempo.

pensamento filosófico (KANT, 2004); (RODRIGUES, 2014). Tendo em vista que este pensar filosoficamente, também se apresenta como uma reflexão de segundo grau, ou um pensar melhor sobre aquilo que foi pensado em primeiro plano, utiliza-se neste trabalho o *filosofar*, também como um método ou uma ferramenta, que proporciona a possibilidade de pensar e repensar a ideia de história agostiniana, e seu lugar na História e na historiografia.

⁴Antes de tudo deve-se compreender este conceito cunhado por José Carlos Reis (2011), como a reunião entre pensamento filosófico e realidade histórica que é percebido “como a capacidade de cada época se

Alguns autores tendem a considerar Agostinho com “um filósofo adiante de seu tempo”⁵. Esta afirmação, de certo modo, é errônea ou equívoca. Na medida em que se compreende a realidade histórica, tal afirmativa torna-se mítica, pois não há homens à frente do seu tempo, não existem indivíduos a-históricos ou, de certa forma, que se projetem para além de sua realidade. Como se percebe ao analisar a filosofia agostiniana juntamente com a sua realidade histórica, pode-se compreender que suas reflexões externalizam sua realidade social e histórica, como também as inquietações relativas a seu período.

De todo modo, *Aurelius Augustinus Hipponensis* (nome este de Agostinho), nasceu em meados do século IV d.C., na região norte da África, sob domínio romano, mais especificamente na província da Numídia, hoje, atual Argélia (AGOSTINHO, 1980). É interessante compreender, mesmo que de maneira ainda que um tanto superficial, a realidade a qual o Império romano se encontrava neste período, que deverá ser feito aqui levando apenas alguns aspectos de relevância para a discussão proposta. Como aponta Perry Anderson (2007), Roma neste período atravessava uma instabilidade em vários setores de sua sociedade, o Império detinha problemas tanto econômicos como político/administrativos. A extensão do território, unido às pressões e invasões bárbaras das fronteiras, os conflitos políticos internos e a crise econômica, levaram o Império, que já estava dividido administrativamente entre Ocidente e Oriente, a uma instabilidade sem precedentes, em particular o Ocidente, que viria a ruir pouco tempo depois. “Assim, em um duplo final sombrio, com o Império fendido de alto a baixo por forças internas, antes que forças externas aplicassem o golpe de misericórdia.” (ANDERSON, 2007, p. 99).

Deve-se levar em conta esta realidade de inconstância na qual o Império está inserida, pois a mesma desempenha um papel fundamental para a compreensão do pensamento agostiniano, e, em especial, sua ideia de história. Neste sentido, Agostinho compartilhou e experimentou este clima de incertezas e instabilidade na qual sua sociedade estava inserida, que de certa maneira se expressa em particular na sua concepção histórica, como se tornou perceptível de forma bastante clara, na avaliação feita a uma das suas obras fundamentais, *De Civitate Dei* (A Cidade de Deus).

representar e se atribuir uma identidade e um sentido, mesmo estando a própria consciência submetida às contingências do tempo” (REIS, 2011, p. 9).

⁵Fazendo referência ao subtítulo do livro: Matthews, Gareth B. **Santo Agostinho**: a vida e as idéias de um filósofo adiante de seu tempo. Trad. Álvaro Cabral. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

Outro fato que marca este período da história do Império Romano e que desempenhou um profundo impacto no pensamento agostiniano é sem dúvidas o cristianismo. Esta que foi uma seita vinda do Oriente próximo, mais especificamente da região da Palestina, teve em si uma grande expansão por boa parte do Império, chegando a criar grupos bem organizados e estruturando comunidades religiosas locais. De forma inicial, como apresenta alguns especialistas da área, o cristianismo não era realmente perseguido ou notado como algo relevante por parte dos romanos. Só, mais especificamente no século I d.C, em especial no reinado de Nero, é que iniciou-se uma significativa perseguição ao culto. (FUNARI, 2002).

Durante todo o século IV a Igreja, deixando de ser perseguida, como o fora frequentemente desde há três séculos, terá sido amparada de todas as maneiras pela maioria dos Césares, convertidos ao cristianismo; de tal forma que, no século VI, o Império será quase só povoado por cristãos e, nos nossos dias, há um bilhão e meio de cristãos no nosso planeta (VEYNE, 2007, p. 10).

Continuando o raciocínio, a partir da conversão de Constantino I, imperador romano, o cristianismo ganhou bastante força em todo o Império, pois se tornou a religião do imperador. E, finalmente, com o Édito de Tessalônica, em 380 d.C., “o cristianismo passou de religião do imperador para religião oficial.” (FUNARI, 2002).

Neste ponto alguns fatores devem ser levados em consideração. Primeiro, os modos pelos quais o cristianismo foi difundido, dentro e fora dos domínios do Império. Em seguida, as estruturas e relações político/administrativas que a religião começa a desenvolver com o Estado romano. Estes fatores são de grande importância, não só para esclarecer o papel que o cristianismo desponta neste período, como também a relevância que a religião desenvolveu no pensamento histórico agostiniano. Analisando o primeiro ponto em questão, percebe-se alguns detalhes fundamentais da difusão do cristianismo no Império em dois períodos específicos, um fazendo referência ao período anterior a 313 d.C, ano do Edito de Milão, e o outro, posterior a 313 d.C.

Neste recorte temporal anterior ao Edito, compreende-se o início da difusão da religião, no próprio território da Palestina e ao longo de algumas províncias do Império, unido à estruturação primitiva da própria Igreja, e às perseguições ao culto. Em seguida, com referência ao período de 313 em diante, onde se concorda com Paul Veyne (2007), quando desconsidera o papel histórico de Constantino como responsável em por fim às perseguições aos cristãos, pois segundo o autor, a mesma já havia cessado há dois anos. Assim, considera-se que sua relevância repousa no fato de “fazer do cristianismo a

religião que adoptara, uma religião favorecida de todas as maneiras, ao contrário do paganismo” (VEYNE, 2007, p. 12). Logo este fato leva a necessidade de explicar o ponto referente “às estruturas e relações político/administrativas que a religião começa a desenvolver com o Estado romano.” Pois, é neste favorecimento do cristianismo que está alguns dos seus impactos político/administrativos importantes como revela Anderson:

Ao mesmo tempo, a composição da aristocracia através do império como um todo foi modificada drasticamente pela grande mudança institucional no reinado de Constantino – a cristianização do Estado, depois da conversão de Constantino e de sua vitória sobre Maxêncio na Ponte Mílvia. (...) Imediatamente, talvez o efeito institucional mais importante da mudança religiosa tenha sido a promoção social de grande número de “cristãos de serviço”, que fizeram suas carreiras administrativas por sua lealdade à nova fé, entrando nas ampliadas fileiras dos *clarissimi* do século IV (ANDERSON, 2007, p. 87).

Com relação à difusão do cristianismo para além das fronteiras que demarcavam o Império, o que interessa aqui é faz referência às relações iniciais que contemplam este fato que correspondem ao século IV e início do V. Este acontecimento é compreendido de maneira bastante clara por Anderson (2007), ao apontar que este evento se relaciona com os cruzamentos de fronteiras entre os povos bárbaros, que adentravam nos territórios compreendidos como romanos, por meio das invasões. Logo,

Isto não foi fruto dos esforços missionários da Igreja Católica, que ignorava ou desprezava os recém-chegados ao Império. Foi obra, objetivamente do próprio processo remodelador de transplantação, do qual a mudança de fé foi um sinal interior. A religião cristã consagrou o abandono do mundo subjetivo da comunidade de clã: uma ordem divina mais extensa era o complemento espiritual de uma autoridade terrestre mais firme. Aqui também, a primeira onda de invasores germânicos reproduzia a mesma combinação de respeito e distância às instituições do Império. Eles adotaram unanimemente o arianismo, em vez da ortodoxia cristã, e assim asseguraram uma identidade religiosa separada dentro do universo comum da cristandade (ANDERSON, 2007, p. 114).

Este ponto é importante para que se possa perceber a difusão do cristianismo além dos territórios que faziam referência ao Império, como também as consequências que isso acarretou. Pois, deve-se observar em especial o choque de doutrinas que passará o cristianismo neste período. Que se desenvolveu tanto fora dos domínios do

território romano, como dentro do Império⁶. Tais eventos serão de muita importância, pois tornam-se tema de muitas inquietações de Agostinho ao longo de muitas de suas obras, em particular às que fazem menção à sua visão histórica.

O HOMEM E O TEMPO EM AGOSTINHO

Alguns historiadores lúcidos tendem a concordar que uma das definições mais claras de História, certamente, repousa na afirmação de Marc Bloch (2001) como a “ciências dos homens no tempo”. Esta afirmação, em certa medida, não detém seu brilhantismo por apenas conter em si uma definição clara, lógica e racional da História, mas por sua capacidade de dispensar maiores explicações sobre seu objeto de pesquisa, portanto, tal afirmativa já define por si quem ela é, e o que busca. Mesmo os historiadores que se afastam em grande medida desta definição tendem a concordar que tanto o “homem” quanto o “tempo” são elementos primordiais para designar o objeto de pesquisa da História. De modo um tanto interessante, estas duas concepções são fundamentais nas reflexões históricas de Agostinho, e por este motivo, torna-se importante apresentar alguns diálogos sobre as duas apreensões em questão.

A concepção antropológica de Agostinho repousa na tradição platônica apreendida pelo neoplatonismo de Plotino e Porfírio, e neste sentido, Agostinho concorda com a definição de Platão de que o homem é “como uma alma que se serve de um corpo” (AGOSTINHO, 1980). É importante fazer algumas ressalvas com relação a esta definição: a primeira, é que a compreensão agostiniana permanece com muitas das consequências lógicas que esta concepção platônica traz consigo, em destaque aqui, a hierarquização da alma sobre o corpo, onde este fato é de fundamental importância para que se compreenda a relação dualista que está presente na ideia histórica agostiniana. Por outro lado, deve-se compreender que o dualismo entre alma e corpo em Agostinho não está propriamente representada em um caráter de oposição entre os lados, como o dualismo característico do maniqueísmo, movimento este que o santo fez parte antes de sua conversão cristã, e que posteriormente veio a combater e refutar em muitos de seus escritos. Pois, como diz o próprio santo “o corpo não é apenas ornamento do homem, adjutório exterior; faz parte de sua natureza” (AGOSTINHO, 2014, p. 58).

⁶Outro problema para além do secretismo religioso que Agostinho chama de heresias, é certamente a permanência do paganismo dentro do Império. Como apresenta Veyne (2007) ao fazer referência da presença das antigas práticas religiosas greco-romano neste período.

Esta concepção é tão importante para a história do pensamento ocidental que Lima Vaz (2009) arrisca afirmar que o mesmo “alcança uma amplitude e uma profundidade que fizeram dela um marco decisivo na história da cultura ocidental” (VAZ, 2009, 54). Três pontos são fundamentais para compreensão da singularidade e relevância do pensamento antropológico agostiniano, e como aponta Vaz (2009, p. 55,56), os três correspondem à concepção neoplatônica, à antropologia paulina e, por último e mais importante para esta discussão, à antropologia da narrativa bíblica. O primeiro, em especial, já foi exposto no início da discussão e faz referência à tradição platônica, que é herdada por Agostinho, do neoplatonismo latino de Plotino e Porfírio, onde neste ponto, é interessante ressaltar esta relação alma/corpo, onde a alma comanda por completo as ações corpóreas e, assim, possui uma superioridade sobre o corpo.

A segunda refere-se à concepção cristã que o mesmo recebe de Paulo de Tarso. Paulo, certamente, é um dos primeiros a buscar reflexões racionais e lógicas para compreensão da fé cristã, questão essa que Agostinho persistira do momento da sua conversão em até o fim da vida. A partir de Paulo, Agostinho desenvolve, como nos mostra Lima Vaz,

Uma visão do homem eminentemente soteriológica, a partir da qual ele formulará a doutrina do pecado original e da graça e aprofundará, no contexto da controvérsia antipelagiana, o problema da liberdade e do livre-arbítrio, introduzindo no pensamento antropológico ocidental uma temática que se tornará, a partir de então, uma matriz fundamental para a elaboração da idéia do homem característica de nossa civilização (VAZ, 2009, p. 55).

É importante citar que é neste ponto das contribuições do pensamento de Paulo de Traso que repousa a característica do pessimismo próprio do pensamento agostiniano, que será marcante em sua compreensão de histórica (VAZ, 2009). Pois, o homem está condenado “à danação eterna e o só recuperável mediante a graça divina” (AGOSTINHO, 1980).

O terceiro ponto é certamente o mais importante, pois é nele que repousa o conteúdo que desenvolverá o pensamento histórico agostiniano. Neste ponto referente à antropologia bíblica, um tópico apresentado por Vaz (2009), em especial deve ser colocado em destaque, onde se faz alusão ao “homem como ser itinerante”,

A itinerância do homem segundo a visão agostiniana é essencialmente um aspecto da concepção do tempo como caminho para a eternidade: um caminho que se faz e avança no próprio desenrolar da vida humana. O itinerário é, portanto, em primeiro lugar um itinerário da vida pensado

segundo a radical ordenação do homem para Deus e no qual o evento da “conversão” — categoria que, para Agostinho, deriva diretamente da metánoia evangélica — passa a ser o evento central e decisivo (VAZ, 2009, p. 57).

É neste ponto onde tempo e homem compartilharão o mesmo espaço na lógica histórica agostiniana. O homem passa por um percurso dentro do tempo onde buscara de forma inquieta a Deus. Este percurso se mostra visível na relação entre as duas cidades da obra agostiniana (VAZ, 2009).

Tendo compreendido assim sua concepção antropológica, pode-se perceber na reflexão da itinerância humana, como o tempo apresenta-se com um percurso a ser trilhado até a eternidade. Neste sentido, algumas análises do que Agostinho concebe como tempo torna-se necessária. Certamente sua concepção temporal ainda hoje é uma das mais respeitadas e desponta um lugar de relevância fundamental, principalmente no que diz respeito à percepção do tempo por parte dos indivíduos ou mais exatamente o que se chame de tempo psicológico. (AGOSTINHO, 1980).

De início, Agostinho estipula que o tempo só tem princípio com a criação do mundo, pois para Agostinho o tempo é criação divina e, assim, Deus não está inserido no mesmo. Esta consideração é importante para que se possa compreender que apenas as criações estão inseridas no tempo e, assim, apenas elas sofrem qualquer reação do mesmo, como sua mutabilidade. Já Deus, pelo contrário, “permanece sempre o mesmo, e seus anos não morrem” (AGOSTINHO, 1980). Para Agostinho, Deus é um ser eterno e sua eternidade permanece como um sempre hoje, um presente contínuo que não sofre mudança.

Já o tempo em si é mutável. Ele está para Agostinho em um jogo entre o ser e o não-ser. O filósofo logo compreende o tempo em três divisões clássicas, passado-presente-futuro. Ele mostra como o presente é o tempo em seu estado de ser, pois existe e apresenta-se no agora, já os outros dois estados, passado-futuro, são o não-ser, pois um ainda não existe (futuro) e o outro era o presente que deixa de existir (passado). Agostinho apresenta esta lógica de variadas maneiras em sua reflexão, partindo de uma relação macro, como exemplifica em um período de 100 anos, a uma relação micro, como um percurso de um dia (AGOSTINHO, 1980). Esta relação e compreensão do tempo possibilita um movimento progressivo onde,

A leitura teológica da história humana apóia-se aí numa visão linear do tempo, não como mera sucessão cronológica, mas, segundo o modelo da vida

humana, como crescimento para a consumação final na segunda e definitiva manifestação do Cristo. Ao esquema circular do tempo, imagem de uma perfeição que retoma eternamente sobre si mesma, conforme a tradição platônica, sucede o esquema linear de uma história orientada radicalmente para Deus pela *dispensatio temporalis* do Verbo feito carne ou pelo envolvimento dramático da eternidade no tempo (VAZ, 2009, p. 58).

Para resolver o problema da apreensão do não-ser temporal, expressos pelo passado-futuro, Agostinho apresenta em suas reflexões a possibilidade do homem captar os mesmos por meio de seu potencial sensível por vias da alma. Ele apresenta o que hoje podemos denominar de percepção psicológica do tempo. Agostinho explica que o passado deixa de existir, mas suas apreensões por parte da alma permanecem por meio da “memória”, em contrapartida apresenta que, apesar da não existência do futuro, pois ele ainda está por vir, a alma ainda consegue formular “prognósticos” no presente sobre o mesmo (AGOSTINHO, 1980).

Por conseguinte, a minha infância, que já não existe presentemente, existe no passado que já não é. Porém a sua imagem, quando a evoco e se torna objeto de alguma descrição, vejo-a no tempo presente, porque ainda está na minha memória. (...) Ora, o que já existe não é futuro, mas presente. Por conseguinte, quando se diz que se vêem os acontecimentos futuros, não se vêem os próprios acontecimentos ainda inexistentes — isto é, os fatos futuros —, mas sim as suas causas, ou talvez os seus prognósticos já dotados de existência (AGOSTINHO, 1980).

De modo geral as duas concepções aqui apresentadas revelam, de certa maneira, a complexidade e riqueza do pensamento agostiniano e, como tais reflexões convergem para a formação de um pensamento histórico que vai se efetivar de maneira mais clara em seu trabalho que pode-se considerar historiográfico, “A Cidade de Deus”. Onde será debatida com mais clareza adiante, buscando mostrar as características de um pensador que expressava a consciência histórica do seu tempo.

A HISTÓRIA E SUA FINALIDADE

A obra mais expressiva do pensamento histórico de Agostinho e que marca seu lugar de excelência como formulador de uma filosofia ou mais exatamente uma teologia da história, é sem muitas suspeitas *De Civitate Dei*. Apesar da cunhagem e uso do termo “filosofia da história” só ser utilizado no século XVIII pela primeira vez por Voltaire, pode-se apropriar e utilizar de tal termo para designar o conteúdo da obra e do pensamento de Agostinho na Cidade de Deus. Pois, aceitando a compreensão do que

caracteriza uma filosofia da história segundo Collingwood (2001, p. 11), onde a mesma apresenta-se como um pensamento de segundo grau, ou melhor dizendo, um *filosofar* que se investe sobre a realidade histórica, podendo, assim, encontrar esta concepção nas reflexões feitas por Agostinho na Cidade de Deus, compreendendo que a ideia de história agostiniana, transpassa uma visão puramente teológica da história.

Agostinho se apropria das reflexões filosóficas, as quais desenvolve ao longo dos seus escritos, para formular e desenvolver seu pensamento histórico. Categorias como o homem e o tempo, os quais foram apresentados anteriormente, ganham lugar ao longo do raciocínio exposto pelo santo. De forma que alguns detalhes são primordiais para um entendimento mais amplo, tanto da expressão representativa da consciência histórica que o pensamento agostiniano expõe na Cidade de Deus, como sua análise de uma história que apresenta-se com um percurso temporal que busca nos ensinar algo. Desta forma, deve-se em primeiro lugar, levar em conta os motivos principais aos quais levam Agostinho a desenvolver esta obra e apresentar sua ideia de história, pois, tal fator de início revela a expressão da realidade histórica que se apresenta ao mesmo neste período.

Como mencionado anteriormente, Agostinho viverá em um momento conturbado da história romana, tanto para sua realidade política/econômica como religiosa. Roma passava por momentos tempestuosos e, em 410 d.C, um acontecimento que abalava o Império ganhou a atenção de Agostinho, de tal forma que o levou a redigir sua Cidade de Deus e este fato repousa na invasão dos Visigodos sob o comando de Alarico, seu rei, à cidade de Roma. A tomada e o saque de Roma por parte de Alarico, trouxe um abalo para além da realidade material do Império, chegando ao cristianismo. Tal religião estava passando de religião do imperador para religião oficial do Império, como mencionado anteriormente. E este fato despontou um momento de questionamento frente o papel que desempenhava a nova religião na vida romana. As lembranças das glórias passadas, unidas às associações com a antiga religião pagã, levantavam dúvidas e críticas ao cristianismo. (AGOSTINHO, 2014, p. 29). Esta situação inquietou Agostinho e o levou a sair em defesa da religião cristã, formulando e apresentando, por meio de reflexões e investigações históricas, seu amparo ao cristianismo.

Mas lembra-te de que, assim, continuo pelejando contra aqueles cuja ignorância fez nascer este provérbio: *Se não chove, a culpa é dos cristãos*. Encontram-se, entre eles, vários cujo espírito culto gosta da história, em que

sem dificuldade aprenderam os fatos que vou referir. Mas, a fim de levantar contra nós a multidão ignorante, fingem ignorá-los e procuram persuadir o povo de não terem semelhantes desastres, que a certas distâncias de tempo e lugar necessariamente afligem o gênero humano, outra causa senão o cristianismo, que, para ruína dos falsos deuses, propaga por toda parte seu imenso renome, sua brilhante popularidade (AGOSTINHO, 2014, p. 93).

Certamente, as colocações contrárias de muitos adeptos das antigas práticas religiosas não apresentaram-se apenas no momento da invasão visigoda, mas certamente o impacto que tal fato teve foi importante para o fortalecimento das críticas. Neste sentido, Agostinho mostra que a vivência com o paganismo ainda, de certo modo, era bastante presente neste período e tal fato apresentava um certo clima de desconforto por parte do cristianismo, que crescia bastante como fala o autor. Esta realidade histórica, como pode-se perceber, desponta uma certa centralidade nos objetivos de formular suas reflexões históricas. Portanto, não nega-se aqui que este trabalho histórico não seja guiado por um fator ideológico, mas, neste sentido, qual trabalho histórico não o é?

Analisando mais profundamente a obra, pode-se perceber um trabalho genuinamente histórico, pois Agostinho, para defender suas ideias, não poupou esforços para investigar e apropriar-se da história romana. Passando pelas fundações da cidade, por seus períodos administrativos e pelas formas de governo que fizeram parte da mesma ao longo da sua história, fazendo assim, alusão a variados fatos e acontecimentos, apropriando-se de material histórico deixado por muitos historiadores como Salústio. O santo analisou até discursos célebres de Cícero, sem contar o uso de literatura clássica, como as obras de Virgílio, na busca das referências ligadas à história romana. Citando até, por exemplo, sua ligação lendária com Troia, como mostra a literatura clássica.

Troia, como afirmei, Troia, mãe do povo romano, não pôde, nos templos das divindades, defender seus próprios cidadãos contra as chamas inimigas, contra o gládio dos gregos adoradores dos mesmos deuses. Na *casa da própria Juno, o terrível Ulisses e Fênix, sentinelas escolhidas, velam os despojos. Amontoam-se, no lugar, vindos de toda parte, os tesouros de Troia, roubados aos santuários em chamas, as credências dos deuses, as taças de ouro maciça e mais presa tomada ao inimigo* (AGOSTINHO, 2014, p. 93).

Agostinho apresenta, deste modo, por meio da referência de fatos históricos, uma defesa bem fundamentada da sua parte. Ele demonstra por vias das suas análises, o longo processo histórico de Roma, onde as catástrofes assolaram a mesma em variados períodos da sua história, e que os deuses que muitos dos pagãos adoravam e que muitas

defendiam naquele momento nunca haviam feito nada de bom para Roma, muito pelo contrário, os mesmos nunca foram relevantes para mudar o curso da sua história e, se realmente foram, eram no sentido negativo. Com isso, Agostinho mostra um olhar um tanto pessimista da história, onde por meio das catástrofes e declínio da cidade dos homens – denominação esta que ele dá à história – é eminente e, só por meio da graça divina que guia o homem itinerante no tempo, pode levá-lo a conseguir a glória da cidade de Deus.

A gloriosa Cidade de Deus prossegue em seu peregrinar através da impiedade e dos tempos, vivendo cá embaixo, pela fé, com paciência espera a firmeza da mansão eterna, enquanto a justiça não se converte em juiz, o que há de conseguir por completo, depois, na vitória final e perfeita paz (AGOSTINHO, 2014, p. 39).

A sua reflexão da história repousa no seu caráter dualístico, entre corpo e alma, tempo e eternidade, cidade dos homens e a cidade de Deus. Apresentando, assim, uma história pedagógica, que nos ensina a sua finitude, referente ao percurso a ser trilhado por parte da humanidade, que vive aqui apenas de passagem na busca da eternidade que se reflete em uma realidade a-histórica, metafísica e transcendental da gloriosa morada de Deus⁷. (AGOSTINHO, 2014).

Com tudo, o pensamento agostiniano não está distante da sua realidade, ao contrário, expressa o potencial do seu tempo, um período histórico de calamidades, crises e incertezas pelo qual passava. Onde, sua fé trazia uma proposta nova e reconfortante, proporcionada pela ideia de uma realidade atemporal, que se colocava hierarquicamente acima da história, e que guiava o percurso do mundo para seu caminho de verdade, glória e plenitude, muito distante do que se apresentava naquele momento. Sua jovem religião, que ganhava forças no Império, lutando contra as resistências das antigas práticas religiosas que buscavam sua permanência em um movimento de reação as mudanças revolucionarias do cristianismo. Como também, as novas concepções religiosas que surgiam a esmo, provenientes do sincretismo religioso que causara problemas doutrinários para a Igreja Romana que se firmava, ameaçando sua estabilidade. Mostrando que seu pensamento histórico é uma visão que não

⁷A relação entre antropológica agostiniana e suas heranças gregas antigas nos leva a fazer referência à sua ideia da relação corpo/alma. Esta relação faz alusão a um comentário feito por Werner Jaeger na sua *Paidéia* (2001) onde na religião grega desde o século VI a.C. a alma apresentava-se como um espírito caído, no cárcere do corpo, que a pois um serie de “reencarnações regressa à sua pátria divina” (JAEGER, 2001, p. 531).

transcende sua realidade ou que baseia-se em fundamentos exclusivamente religiosos e metafísicos, mas que de fato, expressa a materialidade e mentalidade que marcam seu lugar histórico.

Não podendo perder vista que esta ideia de história corresponde a uma das grandes crises da história da historiografia europeia, como apresenta Collingwood (2001). Onde, a mesma é referente à segunda que ocorreu entre o séculos IV e V, “quando a ideia de história foi remodelada pelos efeitos revolucionários do pensamento cristão” (COLLINGWOOD, 2001, p. 65). Esta situação representa de forma bastante clara as mudanças que o pensamento agostiniano traz em sua lógica que, como diz o autor, chegou a alijar as duas ideias mestras do pensamento historiográfico greco-romano: “*a*) o conceito otimista acerca da natureza humana; *b*) o conceito substancialista de entidade eterna, subjacente ao processo da transformação histórica” (COLLINGWOOD, 2001, p. 65). Neste sentido,

Uma terceira modificação baseava-se no universalismo da atitude cristã. Para os cristãos, todos os homens são iguais perante Deus; não há povo eleito, não há raça ou classe privilegiadas, não há nenhuma comunidade, cujo destino seja mais importante do que o de outra. Todas as pessoas e todos os povos são abrangidos pela realização dos desígnios divinos. Portanto, o processo histórico é, sempre e em todos os lugares, da mesma espécie, sendo cada uma das suas partes uma parte do mesmo todo (COLLINGWOOD, 2001, p. 65).

Agostinho rompe a cadeia cíclica da história apresentada pelo pensamento clássico greco-romano, ele apresenta uma ideia de história guiada pelos desígnios divinos, representa pela linearidade que vai da criação a segunda vinda de Jesus, trazendo o fim da cidade dos homens e a plenitude da eterna Cidade de Deus (VAZ, 2009, p. 58).⁸ Onde a história se representa como uma escola, onde os homens aprendem e conhecem as verdades da sua realidade e da sua condição como pecadores que buscam a redenção ao longo dos tempos. Considerando assim, que tal pensamento histórico é expressado por um filósofo que, como o povo romano de sua época, buscava um caminho para a redenção em tempos tão incertos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

⁸ Em uma leitura dialética do pensamento agostiniana, percebe-se a antítese do pensamento cristão negando as concepções tradicionais do pensamento greco-romano. Tendo no pensamento de Agostinho uma segunda negação, que sintetiza as partes, trazendo deste modo uma nova forma de pensamento, que pode ser percebida nos traços da negação/conservação das suas concepções antropológica/temporal.

Perceber o legado e as marcas deixadas por parte das concepções da história ao longo do tempo, é de certo modo, buscar compreender de maneira um tanto profundo os elementos que formam o pensamento historiográfico, como também, as características que estão conservadas nas concepções históricas atuais, e que de certa forma, lhes dão sua própria identidade. Compreendendo assim, os fundamentos que dão sustentação para que se possa seguramente formular e construir o novo com o intuito de alçar outras percepções.

Neste sentido a ideia de história agostiniana se posiciona em um lugar de destaque, pois traz consigo o potencial que seu período histórico favorece: uma nova visão de mundo que o cristianismo proporciona. Isso, sem medidas, é um marco importante, pois vai caracterizar profundamente a mentalidade ocidental, construindo, assim, sua identidade e singularidade. De certo modo, muito se critica e se questiona atualmente se tal fato realmente pode ser considerado como uma contribuição. Neste aspecto, o que muitas vezes se perde de vista, em muitas destas críticas, é a própria singularidade dos períodos históricos, sua própria historicidade, onde cada concepção e cada pensador traz consigo os limites e potencialidades da sua época.

Com isso, deve-se buscar compreender cada apreensão dentro da sua realidade para, desta forma, identificar as características que permanecem, buscando conservar e reconhecendo suas contribuições com o intuito de explorar de forma consciente suas insuficiências, formulando assim o novo. Entender a ideia de história de Santo Agostinho é compreender uma percepção da história que reflete a identidade e realidade de um período histórico. É compreender um filósofo que posiciona-se como um representante legítimo da consciência histórica do seu tempo, trazendo consigo o germe do pensamento greco-romano negando/conservando suas características, proporcionando, deste modo, um pensamento novo que merece destaque e relevância na historiografia. Que, de maneira ainda um tanto tímida, buscou ser apreciada aqui.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, Santo. **A Cidade de Deus (Contra os Pagãos)**. Trad. Oscar Paes Leme. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Federação Agostiniana Brasileira, 2014. [original latino: *De civitate Dei*]
- _____. Confissões; Do mestre. In: **Os pensadores**. 2. Ed. – São Paulo: Abril Cultural. 1980.
- ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade ao feudalismo**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: ed. Zahar, 2001.
- COLLINGWOOD, R. G. **A ideia de história**. Portugal: Editorial Presença, 2001.
- FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma**. Editora Contexto: São Paulo, 2002.
- JAEGER, Werner. **Paidéia** a formação do homem grego. Trad. Artur M. Parreira. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2004.
- REIS, José Carlos. **História da “Consciência Histórica” Ocidental Contemporânea: Hegel, Nietzsche, Ricoeur**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- RODRIGUES, Valter Ferreira. **O ensino de filosofia como experiência crítico-criativa do filosofar: limites e possibilidades / Valter Ferreira Rodrigues**.-- João Pessoa, 2014.
- VAZ, Henrique C. de Lima. **Antropologia Filosófica I**. São Paulo: Loyola, 2009.
- VEYNE, Paul. **Quando Nosso Mundo se tornou Cristão (312-394)**. Rio de Janeiro: CAMPUS, 2007.